



ITINERÁRIOS AFRICANOS: DO COLONIAL AO PÓS-COLONIAL NAS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Marcelo José Caetano*

Pontifícia Universidade Católica – PUC/MG

caetano@puicminas.br

RESUMO: Em primeiro lugar, constata-se que muitas são as “Áfricas” e diversas são as literaturas africanas em língua portuguesa. Em seguida, tomando-se a obra literária de Agostinho Neto e Pepetela como norte reflexivo, pensa-se sobre os lugares e não-lugares da África e sobre a possibilidade de uma mentalidade pós-colonial nos países africanos colonizados por Portugal. Depois disto, há uma reflexão por meio da qual os processos independentistas são considerados como fundamentais, mas como insuficientes à emergência de uma mentalidade pós-colonial.

ABSTRACT: First of all, we have noticed that there are many “Africas” and several African literatures in the Portuguese language. And also, taking Agostinho Neto and Pepetela’s literary work as a reflexive north, we have thought about the places and non-places of Africa and the possibility of a post-colonial mentality in the African countries colonized by Portugal. After this, there is a reflection in which the independence processes are considered as fundamental, but as insufficient to the emergency of a post-colonial mentality.

PALAVRAS-CHAVE: Literaturas africanas – Colonialismo e Pós-Colonialismo

KEYWORDS: African literatures – Colonial and Post-Colonialism

Gosto de pensar que são muitas as Áfricas, diversos são os períodos e os modos que podemos utilizar para analisá-las. Assim, não posso tecer comentários sobre o assunto que nos reúne neste evento tão importante sem esclarecer qual é o meu objeto de estudo e quais são as minhas escolhas teórico-críticas para conduzir as reflexões sobre ele.

Meus estudos sobre a África se concentram nos países que têm o português como língua oficial, os chamados PALOP’s (países africanos de língua oficial portuguesa). Para ser mais específico, meu objeto de estudo são as literaturas produzidas

* Mestre e doutor em Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG. Atualmente, é professor de Filosofia na mesma instituição.

em língua portuguesa por dois escritores angolanos – Agostinho Neto e Pepetela. O primeiro é um poeta que escreveu, dentre outras obras, dois livros muito importantes para a história literária angolana – “Renúncia Impossível” e “Sagrada Esperança”. O segundo é um romancista benguelense que publicou diversas obras literárias, inclusive no Brasil, das quais destaco “Muana Puó”, “As aventuras de Ngunga”, “Mayombe” e “A geração da utopia”.

Do ponto de vista teórico compreendo que as reflexões sobre o colonialismo e o pós-colonialismo, principalmente – mas não exclusivamente – a obra “Orientalismo”, de Edward Said, “O Local da Cultura”, de Homi K. Bhabha, os estudos de Laura Cavalcanti Padilha, Rita Chaves, Inocência Mata, Carmem Tindó Secco, Maria Nazareth Soares Fonseca são chaves teóricas imprescindíveis para um estudo crítico e consistente sobre as literaturas africanas de língua portuguesa e, especialmente, sobre a obra poética de Agostinho Neto e a prosa romanesca de Pepetela.

O Colonial e o Pós-Colonial

O discurso pós-colonial procura, conforme Dirlik,¹ superar a crise de entendimento produzida pela inabilidade das velhas categorias em dar conta do mundo, revertendo, deslocando e redimensionando o aparato de conhecimento da dominação ocidental. Ele busca destruir a hierarquia colonizador – colonizado, um lugar tangencial, uma fronteira, um entrelugar (in-between) onde novos sentidos poderão ser negociados.

Da minha parte, penso-o como uma estrutura de sentimento,² isto é, como uma consciência prática de um tipo presente, numa continuidade viva e inter-relacionada, pois a mentalidade pós-colonial é uma aquisição e não se pode afirmar que a independência das antigas colônias tenha sido suficiente para esta conquista. Somente, conforme Williams, “[...] quando essa estrutura tiver sido absorvida, são as conexões, as correspondências e até mesmo as semelhanças da época que mais salta(rão) à vista”³ e descreverão uma consciência pós-colonial.

¹ DIRLIK, Arif. The postcolonial aura: third world criticism in the age of global capitalism. **Critical Inquiry**, v. 20, p. 352, 1994; PRYSTHON, Angela. **FAMECOS**, Porto Alegre, n. 21, ago. de 2003. (quadrimestral). Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/pos/revfamecos/21/a04v1n21.pdf>>. Acesso em: 25 de jun. de 2007.

² Termo utilizado por CHAVES, Rita; MACEDO, Tânia. Portanto... Pepetela. Moçambique: Chá de Caxinde, 2002 apud WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1987, p. 18-19.

³ Ibid.

Minha preocupação fundamental é saber como a produção literária de Agostinho Neto e de Pepetela refletem as questões do cotidiano angolano e como absorvem nas significações em curso no longo processo de construção de uma mentalidade e de uma realidade pós-colonial.

História e Literatura angolana

O texto literário não é autônomo em relação ao ambiente histórico e cultural em que é produzido. Ele é um modo de projeção das questões e pontos de vista que configuram esse ambiente, sintoniza-se, em alguma medida, com a percepção própria do seu tempo. Noutros termos, a experiência literária não é exclusivamente estética, mas diz respeito a um certo modo de percepção que é histórico-cultural, implica uma escolha discursivo-ideológica daquele que escreve. Essa é a perspectiva assumida pelo escritor e político angolano Agostinho Neto, em sua reflexão sobre a história da literatura do seu país. Reconhecendo o papel dinâmico da escrita na afirmação existencial e identitária do homem angolano, Agostinho Neto, citado por Chaves, afirma que:



A história de nossa literatura é testemunho de gerações de escritores que souberam, na sua época, dinamizar o processo de nossa libertação exprimindo os anseios de nosso povo, particularmente o das suas camadas mais exploradas. A literatura angolana escrita surge assim não como simples necessidade estética, mas como arma de combate pela afirmação do homem angolano.⁴

A política colonial, ao interferir no imaginário do angolano colonizado, marcou, definitivamente, suas representações espaço-temporais. Verificou-se sobretudo uma transfiguração no tempo passado, própria do processo de expropriação que define os propósitos do colonizador. Destituiu-se o angolano não somente da terra e das riquezas que ela oferece como também de sua memória cultural, anulando-se o sujeito, promovendo-se o sentimento de inferioridade, garantindo-se, assim, a manutenção da exploração. À identidade historicamente construída pelo povo angolano foi sobreposto um ideal europeu de civilização. O processo de colonização implicou a ocidentalização do imaginário e das representações do colonizado, ou seja, o desvirtuamento de sua cultura, à custa de um falseamento da história, a qual se viu, assim, interrompida.

⁴ NETO, Antonio Agostinho. Sobre a literatura. Luanda: UEA, 1978 apud CHAVES, Rita. **A formação do romance angolano**. São Paulo: Via Atlântica, 1999, p. 32.

Berque, segundo Ferro, usa o termo “desnaturação” para referir-se a essa expropriação da memória cultural do colonizado, mostrando que ela é uma característica da colonização européia de um modo geral:

O livre desenvolvimento das civilizações extra-europeias, sendo a colonização antes de mais nada, uma obra de desnaturação: freia a natureza do outro para explorá-lo; suplantá-lo em todos os campos – político, artístico, lingüístico – e joga sobre o outro uma opacidade que contribui para obscurecê-lo. Ele é cortado de sua história, amputado de sua herança [...] e deve reconstruir sua personalidade em função do modelo imposto pelo dominador.⁵

Desse modo, Berque reconhece, no período colonial, uma maquinação por meio da qual o colonizado é desnudado de seus matizes sócio-culturais e sua história é corrompida. É destituindo o colonizado do seu caráter de sujeito que o colonizador pretende erigir-se como o humano-humanizador, como o contraponto da incivilidade. Nesse aspecto, Berque dialoga com Fanon, quando este afirma que:

Ao colonialismo não basta encerrar o povo em suas malhas, esvaziar seus cérebros de toda forma e todo conteúdo. Por uma espécie de perversão lógica, ele se orienta para o passado do povo oprimido, deforma-o, desfigura-o, aniquila-o.⁶

É evidente, como afirma Frantz Fanon, que o processo colonial não pode pressupor um nível de igualdade entre colonizado e colonizador. Ao contrário, a lógica colonial implica o desconhecimento da humanidade do colonizado e, assim, atribui-lhe a condição de objeto. Do ponto de vista da reificação, da conversão em coisa, o colonizado não possui qualidades intelectivas que lhe possibilitem pensar racionalmente e, portanto, não possui também capacidade de agir civilizadamente. O padrão de pensamento e comportamento é, obviamente, o fornecido pelo paradigma ilustrado europeu, que concebe a si mesmo como o único. Desse modo, erige-se a prerrogativa redutora e etnocêntrica européia de que é necessário civilizar o gentio, ou seja, de que se deve conduzir o nativo colonizado em direção às “luzes”, para que ele possa alcançar o estatuto de ser racional. Trata-se aqui de um princípio irrevogável da filosofia ilustrada, fundamentada na noção de homo universalis. Contudo, civilizar significou, efetiva e paradoxalmente, aniquilar a diferença, através da escravização do colonizado e da perversão de sua humanidade.

⁵ BERQUE apud FERRO, Marc. **História das colonizações: das conquistas às independências – séculos XIII a XX.** São Paulo: Cia. das Letras, 1996, p. 213.

⁶ Berque dialoga com FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 15.

Bhabha, em sua reflexão sobre o obscurecimento cultural e identitário dos povos colonizados, considera necessário abstrair, do sistema colonial seus matizes ideológicos. Para o estudioso indo-europeu, o colonialismo, por seu caráter marcadamente opressor, possui uma lógica que rompe com o ideal iluminista de homem, que resulta na alienação desse ideal. Dessa forma, os movimentos de independência, ou seja, a luta contra o sistema colonial:

[...] não apenas muda a direção da história ocidental, mas também contesta sua idéia historicista como um todo progressivo e ordenado. A análise da despersonalização colonial não apenas aliena a idéia iluminista do homem, mas contesta também a transparência da realidade social como imagem pré-dada do conhecimento humano.⁷

No que diz respeito ao texto literário, quando se considera que esse tipo de texto constitui uma historiografia que é inoficial, as afirmações de Homi K. Bhabha sugerem a seguinte indagação: de que maneira o texto literário e os contextos político e cultural estabelecem vínculo? Ou seja, como a literatura concebe (e contesta) o processo de despersonalização do colonizado? Pode-se dizer que a literatura funciona como um espelho que reflete a realidade, isto é, que dela obtém-se uma certa compreensão da história, segundo a experiência e a interpretação do escritor-narrador. Santos e Oliveira corroboram essa perspectiva, compreendendo o texto literário como representação de objetos que ele reflete, mas chamando a atenção para o fato de que:

Só é válido afirmar que o texto literário reproduz a realidade se se entende que reproduzir significa, literalmente, produzir de novo, ou seja, em um gesto que é, de certo modo, repetição, gerar uma realidade diferente.⁸

Tal acepção não permite, evidentemente, que se tome o texto literário como simples cópia da realidade: o que esse tipo de texto produz é efeito de verdade⁹ e não a verdade em si. Em outras palavras, o texto literário elabora-se como mecanismo teórico que se conecta a história, podendo, em função dessa conexão, ser tomado como verdadeiro. Assim, o importante não é pensar somente em termos de verdade ou falsidade, mas ampliar a compreensão das noções de verídico e de não-verídico,

⁷ BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 72.

⁸ SANTOS, Luis Alberto Ferreira Brandão; OLIVEIRA, Silvana Pessoa de. **Sujeito, tempo e espaço ficcionais**: introdução à teoria da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 73.

⁹ Para Michel Foucault, o importante não é decidir, com base no confronto entre um determinado discurso e a realidade à qual ele supostamente se refere, se ele é verdadeiro ou não, mas examinar seus 'efeitos de verdade', ou seja, determinar os mecanismos retóricos através dos quais, em conexão com as relações de poder, ele é tomado como verdade. (SILVA, Tomaz Tadeu. **Teoria Cultural**: um vocabulário crítico. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 43.)

examinando-se os efeitos de verdade, determinando-se os elementos que, em alguma medida, se conectam à realidade histórica. Assim, uma vez que se amplia a compreensão do que seja verdadeiro ou falso, verifica-se que o discurso literário alarga o domínio do que se entende como histórico, exigindo uma revisão das fronteiras que separam ficção e realidade. Ao registrar os fatos como experiências que se constituem no plano do discurso e que podem, portanto, assumir múltiplas configurações, a obra literária mostra que toda verdade é uma construção. A literatura evidencia, desse modo, a limitação explicativa do historicismo, esgarçando a concepção linear da história. Conforme Santos,

[...] explodido o continuum da História, a temporalidade aparece como uma forma disjuntiva de representação, sem uma lógica causal centrada. Passa-se a pensar a História como conjunto de temporalidades diferenciais. Desse modo, rompe-se a pressuposição de que há um momento em que as histórias culturais se unem em um presente imediatamente legível. Nessa perspectiva, a cultura nacional se articula como uma dialética de várias temporalidades – moderna, colonial, pós-colonial, nativa etc. No esgarçamento do tempo linear, coloca-se em xeque o caráter homogêneo da nação e o discurso da coesão social moderna.¹⁰

A realidade transborda na ficção, transcendendo os limites redutores e unilaterais que os escritos históricos, considerados oficiais lhes impõe. O texto literário, paradoxalmente, amplia as concepções de história e realidade conferindo-lhes novos sentidos, não se prendendo exclusivamente ao que oficialmente se diz sobre os fatos e sobre os homens, vislumbrando mais do que aquilo que se vê. A ficção desprende-se do factual para, assim, poder dialogar com ele.

O intelectual africano, especialmente o escritor, ao assumir ora o papel de guerrilheiro na luta de libertação, ora a função de crítico das imposturas do período pós-independência, apresenta-se como aquele que (re)constitui um outro (e novo) olhar sobre a história. Em suas múltiplas facetas, tal intelectual é capaz de um fazer literário cuja interlocução com o real (factum/fictione) efetiva-se em um entre-lugar, o que confere a ela um caráter de discurso político.

¹⁰ SANTOS, Luis Alberto Ferreira Brandão. **Nação ficção**: comunidades imaginadas na literatura contemporânea. 1996. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) — Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996, f. 14.

A Sagrada Esperança de Agostinho Neto

Amanhã
entoaremos hinos à liberdade
quando comemorarmos
a data da abolição desta escravatura
Nós vamos em busca de luz
os teus filhos Mãe
(todas as mães negras
cujos filhos partiram)
vão em busca de vida.

Agostinho Neto

Agostinho Neto, político e poeta angolano, em *Sagrada Esperança*, livro de poesias fundamental à história da literatura de seu país, tem a convicção da impossibilidade de negar o outro no corpo exangue angolano. Ao (re)criar poeticamente a realidade, ele anuncia as condições em que o angolano poderá se fazer angolano. Sua visão messiânica nos dá seu ponto de vista sobre o que dará o tom da sinfonia angolana.

As imagens poéticas de *Sagrada Esperança* delimitam seu discurso político, seu engajamento e sua importância na cena histórica angolana. Lendo seus versos nos é possível vislumbrar a utopia de um novo mundo, mundo onde o angolano se reconquistará a si mesmo.

Ah!
esta mania de imaginar
e de inventar mundos
homens, sistemas, luz!
Viver nas coisas, nos rumos fechados
na escuridão das noites
a palpitante existência
dos dias de sol.

Através da poesia de Agostinho Neto somos transportados às senzalas, aos garotos sem escola, aos negros ignorantes, aos homens bêbedos. Com os olhos secos, poética e politicamente engajado, abre a ferida colonial. Fala das almas escravizadas, da morte que é choro e angústia, grito, dor. Contudo, fala também da luz, das mãos e dos braços que construirão a (nova) pátria, anuncia um novo e esperado dia, o dia de uma nova e desejada Angola.

Nos homens
ferve o desejo de fazer o esforço supremo
para que o homem
renasça em cada homem
e a esperança
não mais se torne
em lamentos da multidão
A própria vida
faz desabrochar mais vontades
nos olhares ansiosos dos que passam.

Na produção poética de Agostinho Neto, a preocupação é descobrir as imagens que compõem o ser do angolano. Presentificando a esperança, o poeta fala de sua gente e ao mundo das questões que delimitam a existência. Ser que se interroga e que interroga a vida, Neto sabe do seu papel no cenário político nacional. Ele procura instituir a crença, apresenta os lugares da opressão e aponta para os lugares onde a liberdade será construída. O escritor de Sagrada Esperança deseja um mundo melhor, livre, angolano.

A obra poética de Agostinho Neto projeta-se na história e assume o compromisso de resgatar messianicamente a identidade angolana. Instigando a combater aquilo que escraviza e diminui, Sagrada Esperança inspira a edificação do projeto existencial angolano, quer dizer, do projeto de construção da existência angolana.

A poesia de Agostinho Neto é, como estrutura de sentimento, a consciência que no contínuo espaço-tempo busca o sentido das coisas, procurar dar conta das coisas e do pensamento sobre elas. Ela procura definir os pontos da diferença entre o angolano e os outros para afirmar em que condições ele pode dizer-se em relação àquele que o escravizou.

Ao escrever poesia na língua do outro, o poeta se iguala a ele, mas não deixa de demarcar as diferenças fundamentais entre o angolano e o português. Ele sabe que não pode negar a presença do outro-invasor, nem desconhece sua alteridade. O mesmo e o outro calibanescamente lhe pertencem. Ao declarar isto, a poesia de Neto escancara a realidade que o homem da (ex)colônia não pode desprezar sob pena de não se reconhecer. Conforme Agostinho Neto, citado por Henrique L. Alves,

Nem se pode desconhecer o contexto africano em que o homem é hoje encarado de modo diferente daquele a que nos habituaram os séculos de escravagismo e colonialismo. Hoje o homem africano é um ser livre ou a liberta-se do colonialismo e do imperialismo.¹¹

¹¹ NETO apud ALVES, Henrique L.; et al. **A voz igual**. Porto: Angolê, 1989, p. 30.

Na fala do político demonstra-se a esperança messiânica do poeta. Os discursos político e poético se mostram sintonizados. A consciência de que o homem africano deve ser encarado diferentemente dos séculos de escravidão demarca a visão do poeta e seu papel político na construção de uma (nova) realidade.

Do caos para o reinício do mundo
para o começo progressivo da vida
e entrar no concerto harmonioso do universal
digno e livre
povo independente com voz igual
a partir deste amanhecer sobre a nossa esperança.¹²

As Margens da História e os Limites da Utopia

La historia es la posibilidad de realización del hombre, de la metamorfosis de nuestro núcleo esencial: el sí mismo que se tiene que ir formando, y de un mundo adecuado a esse sí mismo

Ernst Bloch

A geração da utopia é um discurso que reflete sobre os períodos colonial e pós-colonial angolano. Neste livro, Pepetela apresenta fatos relativos aos momentos que prepararam a luta pela independência, se refere aos acontecimentos que a tornaram possível e faz uma análise crítico-negativa dos rumos assumidos pelos dirigentes políticos e pela elite econômica da República Popular de Angola. Na verdade, esta obra literária é uma avaliação das condições históricas que alimentaram o desejo de romper com os grilhões que prendiam Angola a Portugal. O escritor angolano fala do malogro do projeto que pretendeu construir uma sociedade mais justa, igualitária e, principalmente, autônoma política e economicamente. O livro “registra” literariamente a história de homens e mulheres reunidos por um só propósito – a liberdade –, e de outros que corromperam este ideal por sua ganância e estreiteza de visão. Como um mea culpa coletivo, Geração da Utopia tem como traço que o caracteriza que o caracteriza a desilusão com os rumos históricos da Nação Angolana. Esta desilusão pode ser

¹² NETO, Antonio Agostinho. **Renúncia impossível**. Luanda: INALD, 1982, p. 138.

verificada, segundo Pepetela, no desvio ao projeto de fundação de um país que não se realizou e se verifica na seguinte passagem do livro:

Costumo pensar que a nossa geração devia chamar a geração da utopia. Tu, eu, Laurindo, o Vítor antes, para só falar dos que conheceste. Mas tantos outros, vindos antes ou depois, todos nós a um momento dado éramos puros e queríamos fazer uma coisa diferente. Pensávamos que íamos construir uma sociedade justa, sem diferenças, sem privilégios, sem perseguições, uma comunidade de interesses e pensamentos, o Paraíso dos cristãos, em suma. A um momento dado, mesmo que muitos breve nalguns casos, fomos puros, desinteressados, só pensando no povo e lutando por ele. E depois... tudo se adulterou, tudo apodreceu, muito antes de se chegar ao poder. Quando as pessoas se aperceberam que mais cedo ou mais tarde era inevitável chegarem ao poder. Cada um começou a preparar as bases de lançamento para esse poder, a defender posições particulares, egoístas. A utopia morreu. E hoje cheira mal, como qualquer corpo em putrefação. Dela só resta um discurso vazio.¹³

Resta o vazio, o deserto, a falência dos ideais. As vias se estrangularam, os rumos pretendidos se reduziram a caminhos que mais levam à ignorância identitária do que ao esclarecimento. O futuro sonhado, a esperança de ver construído um país livre cede lugar aos oportunistas, aos “tubarões”. Morte da utopia!. O descrédito em um modelo civilizacional, que obscurecido pelo imediatismo e oportunismo, corrompeu a proposta de uma vida qualitativamente melhor, ameaçando aniquilar o topos utópico, ou seja, os lugares onde o ser dos homens se aninha e onde a vontade de superar-se vai além do que o nadifica.

Nunca se pode falar de negócios sem se acabar na política, pensou ele (Malongo). Por muito que se queira, é inevitável. Até eu mesmo, que nunca quis me molhar, acabo por me envolver nestas conversas, se quero fazer negócios. Mas são bem mais interessantes do que aquelas da juventude, em que todos queriam mudar o mundo e só discutiam coisas abstractas, como liberdade, igualdade, justiça social. Então era uma chatice, vinham sempre com palavras que ninguém entendia, mais-valia, exploração, luta aqui, revolução ali. Agora é melhor, trata-se sempre de como enganar o outro ou o Estado, para se enriquecer mais depressa. Isso ao menos é claro e é positivo, é a única política que me pode interessar.¹⁴

O enriquecimento de alguns e a pobreza de muitos traduzem o desvio dos ideais libertários e igualitários que consubstanciaram o desejo de chegar-se a uma consciência e a uma identidade nacionais. A utopia se torna uma ilusão. A história, rescrita por aqueles que tomaram o poder, seguiu uma linha reta e se fez extensão do

¹³ PEPETELA. **A geração da utopia**. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 202.

¹⁴ *Ibid.*, p. 271.

imperialismo, pondo por terra o projeto político e social que inspiraram o movimento de independência. Os morcegos tornaram-se corvos. No desejo de alçar vôo, como Ícaros, lançam-se ao sol. Contudo, a luz que ilumina suas asas fazem-nas despedaçarem-se. O pequeno Ngunga está moribundo. Não há espaço para fazê-lo crescer.

Antes da revolução de 1789, havia em França três Estados: a nobreza, o clero e povo, nessa última noção estando contida a burguesia. Aqui também há três Estados: a burocracia dirigente, os candongueiros e o povo. Contrariamente a França, não é no Terceiro Estado que estão as forças que tomarão o poder. Aqui são os candongueiros, que hoje crescem à sombra de pequenos negócios mais ou menos lícitos, de transportes de pessoas ou mercadorias, trocas desiguais com o camponês ou pequeno comércio nas cidades, desvios ou roubos, falsificações de documentos, que estão a acumular capital, a constituir-se numa classe selvagem de empresários. Entre o Primeiro Estado também há candongueiros, geralmente ligados por laços familiares. Quando a casca da utopia não servir, vão despudoradamente criar o capitalismo mais bárbaro que já se viu sobre a Terra.¹⁵

Morre a esperança? Não! Apesar do capitalismo bárbaro que se criou, apesar dos desvios e da desilusão com o presente da nação a utopia não morre. Neste ponto, A Geração da Utopia retoma o norte que inspirou outras obras do escritor angolano, principalmente *As Aventuras de Ngunga*. Apesar do capitalismo bárbaro, independentemente dos desvios e da desilusão com o presente da nação, a utopia não morre. Como a Fênix, ela renasce das cinzas, revelando outros caminhos, sonhos e dizendo da exequibilidade de um projeto nacional angolano em que a esperança de um mundo e de um homem novos. Este mundo, nas palavras de Judite, é lançado como pedra-de-toque de uma intenção renovada por aquilo que se fez daquilo que se queria ser. Judite – desdobramento do pequeno Ngunga – denuncia e recusa à morte e ao estado vegetativo e parasitário que impedem o vislumbre do que vale a pena, do porquê se deve lutar e que sonhos.

O passado nunca justifica a passividade – disse Judite. Se todos dissermos que nada vale a pena, então é melhor morrermos ou deixarmos-nos morrer, sempre é mais coerente do que vegetarmos.¹⁶

Sendo assim, não havendo desfecho possível a uma história que está em curso cabe a única alternativa capaz de alimentar o destino dos homens, dos povos e nações: não deixar-se morrer, não vegetar naquilo que não se quer, fazer-se na esperança,

¹⁵ PEPETEIA. *A geração da utopia*. 3. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 233.

¹⁶ *Ibid.*, p. 308.

alimentar-se na utopia e tornar exequível os mundos que se sonha construir e aquilo que se quer ser.

A utopia, como um lançar-se aos ideais que animam e dão sentido à existência se coloca como iluminadora dos destinos. Por isso não pode morrer, pois alimenta a luta contra a dependência, a reificação do ser e se constitui como mecanismo de enfrentamento e abertura a um novo homem em um novo mundo. Neste aspecto, “As aventuras de Ngunga” – perpassada pela utopia – e “A geração da utopia” – no registro da desilusão com os rumos historicamente seguidos – são momentos que reclamam a conjugação dos esforços, isto é, demarcam intenção de reconstruir a relação do ser com seu mundo e fazê-lo surgir na tarefa de realizar sua possível existência: não se calar, “gritar” contra o que tiraniza e se desvia daquilo que faz os homens se reconhecerem como signatários de sua história: a dignidade e a liberdade.

Considerações Finais

Agostinho Neto e Pepetela são escritores que refletem sobre Angola. Falam de modos e de lugares diferentes, defendem o homem livre, pensam (um)a realidade onde serão entoados hinos à liberdade, quando comemorarem a “data da abolição [da] escravatura”. Ao falarem sobre o homem angolano, Neto e Pepetela pensam a vida em um entrelugar onde o colonial e o pós-colonial se fazem a fronteira. Do lado de lá desta linha fronteira está a identidade do novo homem angolano. Nem colonial nem pós-colonial, apenas os homens. Bons e maus, como os quer Eiseley, “[...] misturas inconcebíveis estragadas por sua constituição genética ou aperfeiçoadas por seu meio social. Contanto que vivam, são homens, potencial abundante e não exaurido de ação”.¹⁷

¹⁷ EISELEY, Loren. Por que estamos aqui. **O tesouro da Enciclopédia Britânica**. 15. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979, p. 82.